

Fusões e infraestrutura são apostas de advogados para 2018

Embora a polarização política possa deixar investidores receosos no cenário eleitoral de 2018, advogados ainda têm confiança de que o capital estrangeiro e nacional vão ficar no país no próximo ano — a aposta está nos setores de infraestrutura e de fusões e aquisições.

A análise foi feita por advogados consultados pela **ConJur** durante jantar promovido pelo Centro de Estudos das Sociedades de Advogados (Cesa) na terça-feira (5/12), no Jockey Club, em São Paulo.

“Há sinais fortes de vinda de capital para investimento”, diz **Arystóbulo Freitas**, do Arystóbulo Freitas Advogados, para quem há muito investimento buscando espaço no Brasil. “O capital nacional vai representar grande parte dos aportes”, avalia.

Um fator que pode influenciar esses aportes, segundo **Antônio Meyer**, do Machado Meyer, é a falta de investimentos em infraestrutura nos últimos anos. O advogado está otimista com privatizações anunciadas pelo governo federal, como da Eletrobrás.

Ele diz ainda que, como o “mundo está muito líquido para investir” e as taxas de retorno nos Estados Unidos, na Europa e na Ásia são menores que as brasileiras, o Brasil torna-se atrativo. “Os chineses estão investindo bastante.”

José Luís Salles Freire, do Tozzini Freire, já faz algumas ressalvas a esse cenário. Para ele, será difícil concluir privatizações em ano de eleição presidencial. O lado positivo, afirma, é que anos de campanha eleitoral são tradicionalmente bons para a advocacia independentemente do momento econômico do país, porque sempre trazem movimentações em escritórios.

Outro advogado que espera muito dinheiro vindo de fora em 2018 é **Fernando Salvia**, diretor do Cesa. Ele disse que haverá mais recursos estrangeiros do que nacionais por conta dos setores abertos para investimento, como petróleo e celulose. O advogado também prevê que o ramo imobiliário movimentará os advogados em 2018.

U.Dettmar



Antônio Meyer afirma que a falta de investimentos em infraestrutura nos últimos anos ajudará nos aportes em 2018.

A justificativa dessa expectativa, disse Salvia, é o fato de o mercado ter ficado parado nos últimos anos e agora estar em trajetória de crescimento com a queda da taxa Selic.

Já **Fernando Facury Scaff**, colunista da **ConJur** e especialista em Direito Financeiro, considera que o próximo ano será um período em que as empresas lutarão para sobreviver.

Investimentos em setores de real crescimento, segundo o advogado, só acontecerão em 2019. “O capital estrangeiro estará observando de longe a eleição. Se houver alguma grande vantagem, talvez entre. Mas não acredito que venha de forma passiva em pleno ano eleitoral”, ponderou.

Eduardo Diamantino, do Diamantino Advogados, é mais um que desconfia da chegada maciça de investimentos estrangeiros. Ele condiciona os aportes à reforma da Previdência — na avaliação de Diamantino, a mudança das regras atuais enviaria ao mundo sinais de boa governança.

Tributário e trabalhista

A reforma trabalhista e a crise financeira do Poder Público em todas as suas esferas serão poderosos combustíveis para aquecer o mercado da advocacia em 2018. Freire avalia que ações envolvendo empregadores e empregados continuarão movimentando as bancas pelos próximos anos, porque a redução de litígios propagada pela [Lei 13.467/2017](#) não será instantânea.

Divulgação



Para José Luís Salles, haverá mais dinheiro estrangeiro do que nacional nas fusões e aquisições que acontecerão em 2018.

Scaff também considera que os números continuarão altos na área trabalhista, em grande parte pela dúvida sobre a abrangência ou não das novas regras sobre os processos que foram iniciados sob a lei antiga e continuam em andamento.



Já Diamantino pensa que essa área enfrentará um “voo de galinha, porque, no fundo, todos respeitarão a reforma”.

Em relação ao Direito Tributário, Scaff é direto: “Os governos federal, estadual e municipal estão com a língua de fora. Eles precisarão aumentar a arrecadação, que acaba caindo nas costas do contribuinte”.

Essa necessidade de arrecadação, segundo ele, fará com que os tributaristas sejam bastante procurados no próximo ano. “O fisco está a míngua e precisa pegar o pescoço do contribuinte.”

O presidente do Cesa também considera aquecido o ramo de Direito Tributário. O motivo, para Salvia, é a nova lei complementar do ISS que alterou o local de arrecadação do imposto, que afeta principalmente as operadoras de cartão de crédito. “Precisa definir se o imposto é recolhido no lugar onde está a máquina do cartão ou onde está sediada a empresa.”

O coquetel promovido pelo Cesa reuniu outros nomes ilustres da advocacia e sediou a entrega do prêmio Lumen, que reconhece boas práticas de gestão em escritórios de advocacia e ações de responsabilidade social.

Veja imagens do jantar promovido em 5/12:

Crédito: Felipe Lampe

Date Created

07/12/2017